

22 SET 1988

## O muro do jardim

Na tarde de hoje, quando estiver sendo votada pela última vez a nova Constituição, centenas de funcionários da Sema estarão defronte ao Congresso protestando contra o desprezo do Governo pelas questões ecológicas. A coincidência é muito interessante porque o relator da Constituinte, deputado Bernardo Cabral, aponta o capítulo do meio ambiente como um dos grandes avanços da nova Carta, invejada, neste aspecto, por destacados líderes ecológicos mundiais.

A Constituição estabelece no art. 224 que "todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações". Seguem-se sete incisos e seis parágrafos admiráveis, ainda que irrealis. A legislação, como sempre, será excelente, porém não terá, na prática, conseqüências.

O parágrafo 4, por exemplo, considera a floresta amazônica como patrimônio nacional e determina que "sua utilização far-se-á dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais". Enquanto os constituintes mostravam tanta sensibilidade, a floresta pegava fogo em diversos pontos. Os cálculos são variados, mas não há dúvida de que milhões de hectares foram queimados.

A diferença entre a legislação e a realida-

de é considerável. Há uma série apreciável de leis, decretos, portarias etc, concedendo ampla proteção à fauna e à flora e, no entanto, todos conhecem a existência de firmas especializadas e quadrilhas de coureiros que devastam o pantanal matogrossense, outro patrimônio nacional da nova Constituição, explorado até por estrangeiros.

Os parques nacionais são 28 e estão pessimamente protegidos. As advertências não são de hoje. Relatórios com denúncias graves são freqüentes sem que nada aconteça. O do Araguaia, cujo diretor mora em Goiânia, a 1.123km é representativo da situação. Para combater os incêndios, constantes, há, apenas, facão, foice e enxada, que ficam distantes dos postos. O parque é ocupado por fazendeiros que alimentam seu gado, por posseiros que fazem suas roças.

Enquanto a Sema é filha enjeitada, pois há quem não a aceite por considerá-la sem interesse político, o IBDF, com seus 3.383 funcionários e concessões de incentivos, é disputado. Aliás, destes, apenas 367 estão nos postos de fiscalização, onde há quem ganhe Cz\$ 25 mil mensais para combater incêndios em florestas de milhões de hectares.

A questão ecológica é apenas uma prova da irrealidade da Constituição. Os manifestantes da Sema serão os primeiros a demonstrar que entre o poeta e a namorada existe o muro do jardim.